

# **Práticas educacionais sustentáveis: a contribuição das agendas 21 nas instituições de ensino**

Maria Cristina Borges da Silva (Mestre)  
Curso de Pedagogia e Geografia – Universidade Tuiuti do Paraná

## Resumo

As instituições de ensino de todos os níveis têm importante contribuição para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, é necessário compreendermos como contribuem para a formação de práticas educacionais sustentáveis e para uma participação na formulação das políticas públicas de forma mais participativa, propositiva e reativa. O objetivo da pesquisa é aprofundar as reflexões a cerca da formação profissional no âmbito dos cursos de graduação sobre a Educação para Sustentabilidade, assim como analisar como as instituições de ensino atuam face ao diagnóstico de sua realidade local, para adequação de uma Educação socioespacial e socioambiental, com vistas à implantação das Agendas 21 no âmbito das instituições de ensino. A metodologia objetiva o contato direto com os principais atores das instituições de ensino, compreendendo que estes estão inseridos em contextos comunitários diferenciados, e entende-se que a pesquisa qualitativa, na modalidade pesquisa-ação é a mais adequada. Os resultados apontam a necessidade de novas alternativas, aliando a necessidade de subsidiar e gerar conhecimentos através da implantação de sistemas que vise maior participação das instituições de ensino e das comunidades locais, através de decisões coletivas que possam influenciar a formulação de políticas educativas e políticas pública capazes de intervir propositivamente na construção de uma sociedade mais democrática e sustentável.

**Palavras-chave:** educação; formação; sustentabilidade; Agenda 21.

## Abstract

Education institutions at all levels have an important contribution to the development of society. However, we must understand how they contribute to the formation of educational practices for a sustainable and participation in the formulation of public politics in a more participatory, proactive and reactive. The objective of this research is to deepen the discussions about the training within the framework of undergraduate courses on Education for Sustainability, as well as analyze how educational institutions operate against the diagnosis of their local reality, to the adequacy of an environmental education and socio - with a view to the implementation of Agenda 21 within the institutions. The methodology aims to direct contact with key actors in educational institutions, including those that are located in different community settings, it is understood that the qualitative research method action research is more appropriate. The results indicate the need for new alternative, combining the need for development and generate knowledge through the establishment of systems aimed at increased participation of educational institutions and local communities, through collective decisions that can influence the formulation of educational politics and public politics able to intervene with proposals to build a more democratic society and sustainable.

**Key words:** education; formation; sustainability; Agenda 21.

## Introdução

O presente texto é resultado das reflexões havidas durante o processo de pesquisa desenvolvida na Universidade Tuiuti do Paraná, no âmbito da Faculdade de Ciências Humanas Letras e Artes, na linha de pesquisa Cidade, Patrimônio e Memória, no curso de Pedagogia. A pesquisa visa também, contribuir com o projeto institucional da Universidade Tuiuti do Paraná, que ao assinar o Pacto 21 Universitário<sup>1</sup>, em outubro de 2007 compromete-se a:

- Institucionalizar os princípios da Agenda 21 do Paraná, através de práticas de ensino pesquisa, extensão, programas e ações pró-ativas;
- Divulgar o contexto da Agenda 21 no Paraná, por meio da formação de multiplicadores e da disseminação de conteúdos;
- Promover o pensamento reflexivo, para tomada de atitudes transformadoras, com vistas à sustentabilidade.

Desta forma, pretende-se aqui, aprofundar as reflexões acerca da formação profissional no âmbito dos cursos de graduação sobre a Educação para

<sup>1</sup> O Pacto 21 Universitário é uma proposta construída pelos membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e é apresentada à sociedade paranaense com a assinatura de documento em 02 outubro de 2007, pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, do Governador do Estado Roberto Requião e de representantes de treze instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Estado, que fazem parte do Fórum permanente da Agenda 21 Paraná. Pelo documento, os signatários dele se comprometem a colocar em prática os princípios que norteiam a Agenda 21 Global, Brasileira e do Estado do Paraná.

Sustentabilidade, analisando como as instituições de ensino atuam face ao diagnóstico de sua realidade, para adequação de uma Educação socioespacial e socioambiental, com vistas à implantação das Agendas 21, e da construção do Pacto 21 universitário.

### **O caminho percorrido - um breve histórico do princípio da mudança**

No Paraná, vivemos um momento histórico e, dependendo da condução e do comprometimento dos envolvidos, a sociedade paranaense, por meio dos integrantes do Fórum permanente da Agenda 21 e das Instituições de Ensino Superior do Estado, poderá efetivamente, mudar os rumos do desenvolvimento sustentável, deixando um exemplo de construção coletiva.

Em Março de 2006, quando ocorreu em Curitiba a COP 8 / MOP 3 – Reunião da Convenção das Partes sobre Biodiversidade e Biosegurança, as Universidades Tuiuti do Paraná - UTP, Universidade Federal do Paraná - UFPR, e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, por intermédio de seus representantes no Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, promoveram o evento paralelo “A Agenda 21 Paraná e as Ações das Universidades”. Neste evento, as três universidades que já participavam do Fórum

tiveram a oportunidade de apresentar as ações, projetos e pesquisas que desenvolvem, em consonância com Agenda 21. Como resultados do evento, na plenária final, foram recomendadas 25 ações para serem desenvolvidas no âmbito das universidades.

Em dezembro/2006, num evento coletivo denominado - Pactos Pela Vida, promovido por: Itaipu Binacional, Parque Nacional do Iguaçu - IBAMA, Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu e a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, por meio do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná - na cidade de Foz do Iguaçu, foi assinado publicamente, pelas três universidades já mencionadas, na presença de aproximadamente 2000 pessoas, o compromisso de implementar gradativamente os itens acordados.

Guiados pelos compromissos assumidos, a Universidade Tuiuti do Paraná, de forma pioneira, decidiu por construir sua Agenda 21 Universitária, e em 28 de março de 2007, na presença de várias autoridades de governo, acadêmicos, funcionários e comunidade, instalou o Fórum Permanente da Agenda 21 da Universidade Tuiuti do Paraná.

Em 02 de outubro de 2007, dando continuidade às recomendações da plenária final do evento “Agenda 21 e às Ações das Universidades”, foi assinado por outras dez novas instituições Ensino Superior do

Estado, públicas e privadas o “Pacto 21 Universitário”. Na sequência, outras instituições de Ensino superior aderiram ao Pacto e o Fórum já conta com dezessete instituições de ensino superior que juntas, se desejarem, poderão construir novos caminhos para a mudança.

Vivemos um momento que marcará profundamente a história da humanidade. Com os mais variados discursos, de alguma forma todos estão preocupados com o futuro da humanidade e de seus descendentes e conseqüentemente, com o planeta. Preocupação legítima, pois dependendo das nossas escolhas projetaremos o nosso futuro, assim como ocorreu nos séculos que nos antecederam. Embora nem sempre nossos antepassados tivessem clareza de que suas escolhas poderiam afetar e muito, todos os sistemas: fossem eles políticos, sociais, econômicos ou os sistemas naturais. A divulgação e a quantidade de informações de que dispúnhamos, não eram tão ágeis nem atingiam tantos lugares no planeta de maneira tão eficaz em tão pouco tempo.

No último século, ocorreram mudanças significativas nos regimes políticos, econômicos, religiosos e ambientais especialmente no mundo ocidental, que impactaram positiva e negativamente várias sociedades. Temos legados de suma importância em todas as áreas, herdados de nossos antepassados e das gerações que nos antecederam. Acumulamos um notável e

vastíssimo conhecimento, sem precedente na história da humanidade. Cada área do conhecimento com suas diferentes pesquisas e abordagens. Cada sociedade com seus diferentes saberes, culturas, valores, história, sistemas políticos e econômicos, vão construindo, passo a passo o seu amanhã.

Por certo, o que estamos construindo hoje, terá reflexos profundos na forma como nos desenvolveremos enquanto espécie humana. Porém, essa preocupação não ocorreu de forma aleatória, foi fruto de uma longa e árdua caminhada e de muitos enfrentamentos e de debates construídos em quase todas as partes do mundo. Dizemos em quase todas as partes, pois ainda hoje, são inúmeras as sociedades que não participam das decisões, que vão influenciar inclusive seu próprio futuro.

## Uma lacuna a ser preenchida

Os estudos sobre regiões, territórios, lugares e cidades costumam ser abordados com diferentes enfoques, pois muitas são as características possíveis de serem analisadas quando à questão se volta para estes temas. Entretanto, poucos são os estudos sobre estes temas que se relacionam com a educação e a formação de pessoas. Desta forma, os diferentes recortes territoriais traduzem em espaços diversificados,

mensagens em busca de significado, que se refletem no uso do solo, nos costumes e na construção da história de sua gente. Sendo assim, não se podem considerar, os diversos espaços geográficos, como simples produto de demarcações administrativas. Sua análise deve ser pautada em sentimentos e opiniões de todos aqueles que neles vivem e que, de alguma maneira, colaboram para construir sua história e identidade.

A utilização de conceitos que expliquem os significados e a gênese socioespacial, são questões complexas e envolvem muita subjetividade. Embora existam estudos com diversas abordagens, verifica-se, no planejamento, que há uma busca da compreensão dos arranjos sociais, econômicos e ambientais que determinam a localização e a evolução dos lugares. Entretanto, para os habitantes da grande ou da pequena cidade, dos espaços rurais ou urbanos, aqueles apresentam uma conotação diferente, pois estes os vêem com uma quantidade de símbolos e valores baseados em sua experiência pessoal, que fazem do seu local de vivência, um lugar familiar e repleto de significados.

No entanto, é necessário refletir sobre como são construídos a imagem e os significados das cidades, pois é a partir destes que se planeja e se tem maior ou menor intervenção e participação nos processos decisórios do lugar onde se vive. Estes por sua vez, são

frutos muitas vezes de decisões longínquas que nada têm a ver com o lugar.

As questões socioambientais podem ser um bom exemplo de como isso vem ocorrendo, pois estas têm interessado a diferentes segmentos da sociedade, embora com uma multiplicidade de motivações políticas e ideológicas. Graves seqüelas foram geradas por atividades poluidoras, consumo exacerbado e falta de compreensão dos aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos sociais, econômicos, científicos, culturais, éticos das comunidades locais, que induzem a degradação dos ecossistemas e do próprio homem, produzindo grandes disparidades sociais e grande concentração populacional nas áreas urbanas. Tudo isso tem sido sentido de maneira severa, no âmbito da educação, e podem ser mais percebidas no local.

No entanto, antes de se planejar qualquer coisa, precisa-se ter claro o que e com o que se podem contar. Analisando quais são as variáveis positivas e/ou negativas que se pode encontrar. Não é possível a realização de qualquer ação planejadora, sem antes se fazer uma leitura do que acontece em nossa volta.

Gold e Burgess(1982), afirmam que valorizar o ambiente vivido significa buscar aquilo que satisfaz nossas necessidades básicas: locais que nos propiciam prazer, que marcaram nosso passado e aos quais está ligado o nosso futuro. Os sujeitos em diferentes

posições ou papéis sociais exigem possuir e criar suas próprias paisagens. Os autores questionam a ideia de que agindo sozinhos, os planejadores podem salvaguardar o interesse público, pois consideram que as preferências das elites e do público em geral, por determinadas paisagens podem coincidir; pode até o gosto elitista ser difundido no consenso público, mas quase sempre são conflitantes. De acordo com David Lowenthal (1978), preferências e valor conferido a determinadas paisagens não estão vinculados apenas à beleza, pois a estética é apenas uma das muitas fontes de vínculos afetivos com a paisagem.

Contudo, a maior parte dos indivíduos manifesta adesão a um conjunto de interesses e gostos que se podem considerar dominante. Desta forma, um conjunto de mensagens vai sutilmente operando na mentalidade coletiva. São selecionados espaços e comportamentos da vida urbana para serem vinculados na mídia como se fosse a cidade como um todo, enquanto outros lugares são intencionalmente omitidos, GARCIA (1997).

Para Tuan (1984), a propaganda estimula e influencia a formação da imagem favorável, o que pode influenciar, de maneira decisiva, a compreensão da realidade local e criar novos significados. Pode-se, então, afirmar que o contrário pode acontecer: a divulgação de dados inadequados, também é

possível influenciar o comportamento e a tomada de decisões.

Então, é necessário compreender como as comunidades discutem as questões locais, quais são as trocas de informações, bem como são os processos educativos, sejam eles para tratar de aspectos da história, das questões ambientais (bacias hidrográficas), da qualidade de vida, do trabalho formal ou informal; enfim, do que tem sido chamado por vários autores de “Demandas Contemporâneas” das diversas realidades. Torna-se fundamental a atuação dos profissionais, que atuam nas diversas modalidades de ensino, para compreensão de como é possível uma participação efetiva no desenvolvimento local.

Desta forma, a educação se constitui em elemento preponderante na constituição de um Estado, de uma região, de um lugar ou de uma cidade, e uma educação/formação que busque o conhecimento regional e o local, é imprescindível, uma vez que o local e o global se encontram em uma familiar proximidade. A diferença entre o lugar e o mundo é hoje quase imperceptível. Estes conhecimentos são fundamentais para entender o mundo que vivemos, pois é no lugar que as manifestações globais ocorrem e são sentidas.

Para Santos (2008, p.173):

*O mundo se instala nos lugares, sobretudo nas grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de*

*todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. O cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo cultural necessário à proposição e ao exercício de uma nova política.*

Assim, os currículos da educação básica e superior devem antecipar essas reflexões, e propor a formação de cidadãos que se comprometam e se co-responsabilizem para que sua atuação promova a redução dos desequilíbrios da realidade em que vivem. Isso é o refletir e o agir face às questões socioespaciais e socioambientais. Portanto, o currículo deve ser uma probabilidade, de modo que se revelem a atualidade e os desafios do nosso tempo.

As instituições de ensino são, atualmente, mais do que nunca, solicitadas a participar de diversas decisões coletivas, por intermédio de inúmeras políticas públicas que envolvem governo e sociedade.

Hoje, são muitas as formas de participação, como por exemplo, os planos diretores, os comitês de bacias hidrográficas, as audiências públicas, os orçamentos participativos, associações comunitárias, conselhos municipais, conferências das cidades, as de meio ambiente, os diversos fóruns de discussões, etc., que

anunciam a possibilidade de compreender os caminhos percorridos e nos permitem planejar e traçar novos rumos. Mas será que esta participação vem de fato ocorrendo?

O conceito de realidade imediata, do lugar ou do local, pode não estar sendo utilizado nas instituições de ensino de modo abrangente, e que envolva a dimensão atual. Pois, com a globalização, o lugar não pode ser entendido como uma categoria que se encerra em si. Para Straforini (2004, p.94), o local é onde se permite a empiricização do mundo, e parece também poder revelar todas as contradições do mundo. O autor cita Souza, (1999), que sintetiza “um lugar se abre para outros lugares, é o lugar de todos os lugares, o lugar comum, isto é o mundo. É tênue a diferença, portanto, entre lugar e mundo”.

As instituições de ensino de todos os níveis são as responsáveis pela educação que poderá acender a chama para a vida, social, cultural, ambiental, profissional e pessoal do aluno. A escola movimenta e é movimentada pelos acontecimentos que ocorrem no seu cotidiano e em seu entorno. É promotora de eventos festivos e científicos, ao mesmo tempo em que é envolvida na abordagem da violência familiar e social, nas decisões da coletividade. Tem sido solicitada a participar de inúmeras outras discussões no país, como: combate às drogas e às armas, à prostituição



infantil, à proteção ao idoso, às doenças sexualmente transmitidas, no desenvolvimento agrário, industrial e comercial, nas questões de saneamento, etc. Além disso, em muitas comunidades, as instituições de ensino são os órgãos aos quais os cidadãos recorrem, como se fosse um organismo de ajuda, apoio e resolução de problemas familiares ou sociais, e isso ocorre na maioria das vezes de forma espontânea. Mas será que as instituições de ensino e seus diversos atores estão preparados para tudo que hoje é imputado pela sociedade como papel das instituições de ensino? Mesmo diante deste questionamento, é fato que há necessidade de criar formas de inserir nas instituições de ensino espaços para discutir aspectos da realidade imediata e o entendimento do presente, pois se assim não ocorrer, não possibilitaremos o desvelamento do mundo atual. Então, é necessário criar bases que expliquem e re-signifiquem o mundo e os desafios do nosso tempo, para que possamos ligar ao processo de ensino e aprendizagem.

Embora as instituições de ensino elaborem vários tipos de planejamentos, as demandas advindas das necessidades mais imediatas da sociedade, dos alunos e das comunidades do entorno das escolas, muitas vezes não são contempladas nestes planejamentos. Sendo assim, muitas vezes não educamos/formamos para uma consciência que apreenda a realidade-mundo.

Para Santos, (2008, p.168, 169),

*O processo de tomada de consciência, não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos. A velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. A descoberta individual é já, um considerável passo à frente, ainda que possa parecer a seu portador um caminho penoso, à medida das resistências circundantes a esse novo modo de pensar. O passo seguinte é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência.*

Ainda para o mesmo autor

*É a partir dessa visão sistêmica que se encontram, interpenetram e completam as noções de mundo e de lugar, permitindo entender como cada lugar, mas também cada coisa, cada pessoa, cada relação dependem do mundo. Tais raciocínios autorizam uma visão crítica da história na qual vivemos, o que inclui uma apreciação filosófica da nossa própria situação frente à comunidade, à nação, ao planeta, juntamente com uma nova apreciação de nosso papel como pessoa. É desse modo, que até mesmo a partir da noção do que é ser um consumidor, poderemos alcançar a idéia de homem integral e cidadão. Essa revalorização radical do indivíduo contribuirá para a renovação qualitativa da espécie humana, servindo de alicerce a uma nova civilização. Santos, (2008, p.168, 169),*

Assim como Santos (2008), aponta a visão sistêmica e a revalorização do indivíduo, Nicolescu, (1999, p.

147), demonstra que, uma educação só pode ser viável *se for uma educação integral do homem*, uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes. Morin, (2002, p.35), por sua vez nos ensina que há necessidade de desenvolver o pensamento complexo, no qual, o conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. Sendo assim, este último autor reforça que para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo é necessário uma reforma no pensamento. Para Morin,(op.cit. p. 40), enormes obstáculos precisam ser superados para ultrapassarmos as barreiras que impedem o exercício do conhecimento pertinente em nossos sistemas de ensino. Se entendermos estas necessidades, teremos uma enorme possibilidade de mudanças, estas podem aparecer se assim desejarmos, nos inúmeros planejamentos das instituições de ensino.

Em pesquisa realizada na disciplina, Fundamentos Didáticos da Educação em Geografia, por alunos do curso de Geografia e de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná, em trinta escolas, sendo vinte estaduais, cinco municipais e cinco privadas, na cidade de Curitiba, que versava sobre Planejamento de Ensino, e que buscou, por meio dos conceitos desenvolvidos por Claudino Piletti (2007, p. 64), investigar se

são contemplados, no planejamento de ensino: as aspirações e as necessidades imediatas, as possibilidades e as frustrações dos alunos, e ainda o envolvimento dos alunos e da comunidade do entorno com a escola. Assim como, se a escola propicia momentos em que os alunos possam participar ativamente das decisões da gestão escolar.

Verificou-se que na maioria das instituições há uma preocupação em incluírem estas discussões no planejamento. No entanto, algumas equipes pedagógicas reconhecem que nem sempre os professores tratam seus conteúdos de forma associada com a realidade, seja ela do aluno, da comunidade ou da sociedade em se que vive. Em relação a formas de participação na gestão escolar, apenas dez escolas, citam como forma de participação os grêmios e os conselhos de classes, e mesmo assim algumas destas escolas fazem ressalvas em relação à eficácia desta forma de participação. Enquanto que vinte, a maioria das escolas participantes da pesquisa, afirma que os alunos não participam efetivamente da gestão escolar. A pesquisa revela, ainda, que o projeto de gestão democrática da educação, embora já seja um valor consagrado no Brasil e no mundo, como aponta Ferreira (2007 p.81), não está totalmente incorporado e compreendido na prática social global e a prática educacional, estando ainda por ser construído.

A gestão democrática consiste na garantia de qualidade do processo de formação humana que possibilitará ao educando crescer e, por intermédio dos conteúdos do ensino, que são conteúdos de vida, humanizar-se, isto é tornar-se mais humano, como nos ensina Ferreira, (2007 p.80). Sendo assim, é um compromisso permanente de humanizar os seres humanos e a sociedade em que vivem.

A educação transdisciplinar surge então como uma possibilidade, e pode ser exercida não apenas nas instituições de ensino da educação do maternal à Universidade, mas também ao longo da vida e em todos os lugares. No entanto, Nicolescu (1999, p.148), esclarece que não é necessário criar novos departamentos, novas cadeiras ou novos especialistas, bastaria gerar no seio das instituições de ensino uma espécie de oficina de pesquisa transdisciplinar, onde os membros mudem com o decorrer do tempo, e que agrupe educadores e educandos desta instituição. O mesmo poderia ser experimentado por outras organizações.

Deste modo, há possibilidade de introduzir nas instituições de ensino de todos os níveis, a discussão sobre Agenda 21, pelo seu caráter eminentemente emancipatório, socializando experiências existentes,

com base em seus princípios e valores. Poderá ser uma oportunidade para o exercício da cidadania ativa e para uma educação transdisciplinar, que vise efetivamente à participação reativa e propositiva, envolvendo todos os atores ligados direta ou indiretamente com a educação/formação.

Para nós, após vários anos de convivência, com o Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná e ajudando a construir o Fórum Permanente da Agenda 21 da Universidade Tuiuti do Paraná, entendemos que fóruns, conselhos, ou mesmo oficinas de Agendas 21, poderiam ser espaços que preenchessem estas lacunas e ultrapassassem as meras discussões e adentrassem na pesquisa da realidade-mundo. Desta forma, a construção de um diagnóstico e de um plano de ação a curto, médio e longo prazo se faz necessário. E a Agenda 21 se encaixa perfeitamente nesta perspectiva.

Segundo Strong<sup>2</sup>,

*A Agenda 21 oferece um quadro de referências para as discussões de ações políticas que envolvem autoridades, associações civis e empresas. Os caminhos do ecodesenvolvimento serão necessariamente diversos, fazendo o melhor uso possível da diversidade biológica e cultural dos diferentes ecossistemas e ambientes sociais. Ao mesmo tempo em que, as ações locais devem ser orientadas pelos interesses globais, é necessário um conjunto de políticas públicas, em níveis*

2 Maurice Strong - Autor do prefácio do livro de Ignacy Sachs - Estratégias de Transição para o Século XXI - 1993 Strong, foi secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

*nacionais e internacionais para capacitar as comunidades locais, rurais ou urbanas a produzirem suas próprias Agendas 21. (Strong, M. 1993, p.9)*

Portanto, as instituições de ensino podem e devem elaborar suas Agendas 21, a partir do diagnóstico de sua realidade, gerando ações apropriadas com vistas a ultrapassar as barreiras que impedem a comunicação interna e o desenvolvimento sustentável no seu cotidiano e no seu entorno.

Estas declarações nos conduzem a reflexão sobre a formação dos profissionais do futuro, pois a cada momento histórico de uma dada sociedade se reflete em projetos educacionais de modo a ajustá-los aos modelos produtivos e políticos que imperam na sociedade.

Então, a formação em relação ao planejamento, organização e gestão da sociedade, traz decorrências importantes para a educação e formação de profissionais, que atuarão como mediadores do processo de desenvolvimento da sociedade local.

O maior desafio da pesquisa é à exigência científica da investigação que se constitui na determinação em realizar uma participação embasada no conhecimento científico – das percepções socioambientais e

socioespaciais, dos processos de ensino e aprendizagem, de forma que a apropriação e a construção de fundamentos teórico-metodológicos possam ser incorporadas por todos os participantes.

Entretanto, se exige cada vez mais do profissional que atua na área da educação, estudos e práticas que lhes possibilitem diferentes formas de leitura e interpretação da realidade vivida e que estas se constituam em objeto de várias áreas do conhecimento. Assim, precisará ser preparado para trabalhar a partir dos princípios definidos pelos SINAES<sup>3</sup>, na LDB<sup>4</sup> e nas diretrizes curriculares bem como nos parâmetros recomendados pelo MEC<sup>5</sup>, pelos sistemas de ensino ou pelo projeto pedagógico de seus cursos e de suas instituições. Espera-se, então, que profissionais das mais diferentes áreas, possam ser formados para produzir categorias de análise que permitam não só a compreensão dos processos educativos, mas principalmente a intervenção na realidade.

Esta intervenção, entendida aqui como possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local, este último compreendido como possibilidade de construir com a comunidade suas capacidades, competências e habilidades de gestão das próprias condições e qualidade

3 SINAES – Sistema Nacional de Ensino Superior.

4 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

5 MEC – Ministério da Educação e Cultura.

de vida. Pois é no local que alunos e professores se desenvolvem enquanto partícipes da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo reativador da economia e dinamizador da sociedade, mediante o aproveitamento eficiente dos expedientes existentes no local, capaz de estimular e diversificar seu crescimento como homem integral, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade local, o que implica mudanças de atitude e comportamento de grupos e de indivíduos.

Desta forma, exigirá estratégias como a da “Prática Reflexiva” de Donald A. Schön (1995), compreendendo a “reflexão para a ação, a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão”. Ao conceber esta estratégia metodológica, o professor estará compreendendo a complexidade de seu fazer pedagógico, pois esta se aplica perfeitamente ao trabalho docente que compreende o que é o desenvolvimento local. Assim, as instituições ligadas à formação têm uma grande responsabilidade, com as relações sociais, com a dimensão ambiental e espacial e com a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, Brügger, (1994, p.14), esclarece que:

*é possível hoje, mais do que nunca, ocultar sob a fachada de um saber “técnico” uma decisão na verdade política. Da mesma forma, o universo da locução técnica serve para reproduzir e legitimar o status quo e repelir alternativas que porventura se coloquem contra ele. Brügger (1994, p.8).*

Sendo assim, é necessário compreender se os projetos de desenvolvimento local e de educação para sustentabilidade que estão em construção se apóiam na estratégia participativa e democrática de ampla discussão com a sociedade.

## Considerações

Há necessidade de novas alternativas, aliando a necessidade de subsidiar e gerar conhecimentos através da implantação de sistemas que vise maior participação das instituições de ensino, especialmente as de Ensino Superior, pois estas atuam na formação de profissionais das mais diversas áreas de conhecimento, podendo influenciar de maneira decisiva as gerações atuais e as futuras na formação de uma educação baseada nos princípios da sustentabilidade e, portanto, de Agenda 21.

As IES possuem naturalmente maior contato e atuação junto às comunidades locais. Desta forma, são capazes de desenvolver instrumentos que possibilitem, através de decisões coletivas, influenciarem a formulação de políticas públicas capazes de intervir propositivamente na construção de uma sociedade mais democrática e sustentável.

Outro aspecto relevante é a necessidade de discutir as limitações das condições socioambientais

e socioespaciais, assegurando a democratização do conhecimento, através da disponibilização de forma adequada, e a construção de Agendas 21 se aplica a esta perspectiva. Fica patente que novos estudos e novos grupos são necessários, para que novas concepções surjam através da pesquisa científica, a fim de que novas leituras e valores filosóficos se abram para dar respostas a todas as modernizações, aparatos legais e técnicos existentes atualmente e aos anseios sociais. E para que haja desenvolvimento de instrumentos e metodologias, que visem à incorporação plena da dimensão socioambiental e

socioespacial, de forma transdisciplinar, entendida aqui, como sugere Nicolescu, 1999,<sup>6</sup> sendo uma nova abordagem científica, cultural, espiritual que nos permita “descobrir a ressurreição do indivíduo e o começo de uma nova etapa de nossa história”. Os conceitos advindos da transdisciplinaridade, descritos por Nicolescu, (2001,p.9) apontam que pesquisadores que entendem este processo “*aparecem como resgatadores de Esperanças*”, pois, constroem um novo momento de ideias e um projeto para o Futuro, e o conceito de sustentabilidade e de Agendas 21 e o Pacto 21 universitário se encaixam nesta perspectiva.

6 NICOLESCU, B. O manifesto da Transdisciplinaridade, 1999, p.9

## Referências

- BAILLY, A. *La Percepción del espacio urbano*. I.E.A.L. Madrid, 1979.
- BAILLY, A. *Geographie régionale et représentation*. Paris: Antropos, 1995.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental - MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Senado Federal. Brasília, 1988.
- BRASIL. *Lei 9.597*, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRÜGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental?* Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994, 142 p.
- FERRARA, L. D. A. *As Cidades Ilegíveis - Percepção Ambiental e Cidadania*. Percepção Ambiental: a experiência brasileira. EdUFSCar, São Carlos, 1996.
- FERREIRA, C. S. N. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Necessidade da Gestão Democrática da educação e da Formação Humana no contexto das Políticas Neoliberais* - In: MACHADO, M. E. - *Formação do Educador – Educação, Demandas Sociais e Utopias*, Ed. Unijui, 2007.
- GARCÍA, F. E. S. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- GOULD, P., WHITE, R. *Mental maps*. New York: Routledge, 1974.
- GOULD, R. J., BURGESS, J. *Valued Environments*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.
- LOWENTAL, D. *Finding Valued Landscape, Working Paper 4*, Institute for Environmental Studies, Toronto, 1978.
- SANTOS, Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008, 17ª Ed.
- SCHÖN, D. A. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In: NÓVOA, António (org.) - *Os professores e sua formação*. Lisboa, Dom Quixote, 1995. p. 77-91.
- TUAN, Y. *Espaço e Lugar* – São Paulo: Difel, 1984.